

## TRAMA GOLPISTA

## Defesa quer acareação com Cid

Advogado de Braga Netto diz que pedirá o procedimento à Polícia Federal, para confrontar as versões dos indiciados por golpe

» VANILSON OLIVEIRA

Fernando Frazão/Agência Brasil



Braga Netto está preso desde 14 de dezembro, sob a acusação de obstrução de Justiça no inquérito que investiga trama golpista

O advogado José Luís de Oliveira Lima, responsável pela defesa do general Walter Braga Netto, afirmou ontem que pedirá à Polícia Federal (PF) uma acareação entre seu cliente e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência. A solicitação visa confrontar diretamente as versões apresentadas por ambos no inquérito que investiga suposta tentativa de golpe de Estado para impedir a posse do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Lima argumentou que o procedimento é a forma mais transparente de esclarecer as contradições entre os depoimentos. “Vou pedir uma acareação entre Braga Netto e Cid. Quero os dois ali, um na frente do outro. Essa é a maneira adequada para confrontar as versões e dissipar qualquer dúvida sobre os fatos”, sustentou o advogado, em entrevista à GloboNews.

O defensor cobrou celeridade no processo e destacou que, assim que tiver acesso aos autos, sua equipe jurídica estará pronta para desmontar as acusações apresentadas pela delação de Cid. “Eu preciso ter acesso aos documentos completos para poder exercer plenamente a defesa do meu cliente. Não se pode construir uma acusação tão grave com base em falas isoladas e contraditórias”, frisou.

De acordo com Lima, a delação premiada de Cid, homologada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apresenta inconsistências e foi obtida sob pressão. Ele chamou o militar de “mentiroso contumaz” e questionou a credibilidade das informações fornecidas à Justiça.

“Como é que pode dar credibilidade à fala de um sujeito que mentiu o tempo inteiro e estava desesperado? Ele passou mais de 100 dias preso, e só assim conseguiu seu acordo de colaboração premiada”, afirmou Lima, ressaltando que as mudanças nas versões apresentadas por Cid fragilizam sua colaboração.

O advogado reforçou que sua prioridade no momento é acessar integralmente os autos da investigação, que ainda não



**Como é que pode dar credibilidade à fala de um sujeito que mentiu o tempo inteiro e estava desesperado? Ele passou mais de 100 dias preso, e só assim conseguiu seu acordo de colaboração premiada”**

**José Luís de Oliveira Lima,**  
advogado de Braga Netto

foram disponibilizados à defesa. “Eu não tenho como entrar num detalhe de uma mensagem que pode estar completamente

fora de contexto e aqui fazer uma linha de defesa técnica de uma prova e de um documento que eu não tive nenhum acesso”, enfatizou.

Conforme o advogado, algumas das acusações feitas por Cid, como a suposta promessa de cargos por parte de Braga Netto, precisam ser analisadas em um contexto mais amplo. Ele afirmou que seria “absolutamente imprudente contextualizar ou rebater” esses pontos sem ter acesso completo ao material probatório. “O que eu posso dizer é que, nos diálogos que tive com Braga Netto, em momento algum ele disse que teve qualquer participação em golpe de Estado.”

Lima criticou o teor do relatório da Polícia Federal que embasou a prisão preventiva de Braga Netto. Para ele, o documento apresenta interpretações que não refletem com precisão os fatos. “A colaboração premiada do Mauro Cid é

uma peça fundamental que faz uma relação a todo o relatório da polícia. Portanto, eu não tenho como entrar num detalhe específico sem ter acesso ao conjunto completo das provas”, explicou.

**“Sincero”**

Para a defesa de Braga Netto, a prisão preventiva do general é uma medida “desprovidual de apoio em prova sólida”. Segundo Lima, não há evidências concretas que justifiquem a decisão autorizada por Moraes. “Nós estamos falando de um general quatro estrelas, homem com 42 anos de serviços prestados ao Exército Brasileiro. Portanto, eu não posso acreditar que esse homem não seria sincero e franco comigo”, declarou.

O advogado também rebateteu especulações sobre a possibilidade de Braga Netto firmar um acordo de colaboração premiada. Segundo ele, esse

recurso não faz sentido no contexto atual, uma vez que a delação é um instrumento usado por pessoas que tenham cometido crimes e possuam informações adicionais para oferecer. “No caso do general Braga Netto, ele não tem como utilizar este meio de defesa porque não cometeu crime algum”, reiterou.

Braga Netto foi preso preventivamente no último 14 de dezembro, sob a acusação de obstrução de Justiça no inquérito que investiga a existência de uma trama golpista. A operação foi deflagrada com base em elementos apresentados por Cid em sua delação premiada e reforçada por trocas de mensagens no WhatsApp.

Em um dos diálogos, Braga Netto teria prometido cargos caso o grupo envolvido tivesse êxito em permanecer no poder. Além disso, outras mensagens indicam pressão sobre comandos das Forças Armadas para que aderissem ao plano.

## PF ampliará o relatório

A Polícia Federal (PF) pretende encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF), em janeiro, um relatório complementar relacionado ao inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado. A informação foi confirmada pelo diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, em entrevista à CNN.

O relatório apresentará novos elementos colhidos após a conclusão do inquérito principal, incluindo provas e indícios obtidos por meio de operações de busca e apreensão. Entre as ações mais recentes, estão depoimentos de membros da tropa de elite do Exército, conhecidos como kids pretos, além de uma nova oitiva do ex-ajudante de ordens Mauro Cid, que forneceu informações no contexto de seu acordo de colaboração premiada.

Outra operação importante envolveu buscas realizadas contra o general da reserva Walter Braga Netto e seu assessor, o coronel Flávio Peregrino. A PF também investiga movimentações financeiras suspeitas, incluindo o suposto repasse de valores em espécie, entregues em uma sacola de vinho, destinados aos kids pretos.

A expectativa é de que a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresente, até março de 2025, uma denúncia formal sobre a tentativa de golpe. Segundo autoridades, o julgamento do caso pode ser finalizado no decorrer do próximo ano.

De acordo com as apurações, a tentativa de golpe foi articulada por militares de alta patente, ex-integrantes do governo de Jair Bolsonaro. O objetivo era anular o resultado das eleições presidenciais de 2022, impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e instaurar um regime autoritário no país.

No relatório entregue ao Supremo, a Polícia Federal indiciou 37 pessoas por suposta participação no planejamento do golpe de Estado. Entre eles, estão Bolsonaro, apontado como participante ativo das articulações; Braga Netto e Mauro Cid. (VO)

## SEGURANÇA

## Adiado prazo para PF assumir fiscalização de CACs

» VICTOR CORREIA

Imagem de wirestock/ no Freepik



Para o governo, a PF terá mais controle sobre os armamentos em poder dos CACs do que os militares

O governo federal adiou em seis meses o prazo para que a Polícia Federal (PF) assuma a fiscalização dos Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs), que hoje é de responsabilidade do Exército. A decisão foi publicada pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Defesa no *Diário Oficial da União (DOU)* de ontem.

A mudança ocorreria em 1º de janeiro de 2025, mas agora está marcada para 1º de julho de 2025. O adiamento ocorreu após pedido da PF, que argumentou ter orçamento e efetivo insuficientes para assumir a função no próximo mês.

A transferência de **responsabilidade** foi acordada entre os dois ministérios em setembro de 2023. Desde então, PF e Exército colaboram para realizar a transição, incluindo a mudança dos registros eletrônicos. No entendimento do governo federal, a PF terá mais controle sobre os armamentos do que os militares.

Segundo nota do Ministério da Justiça, 200 servidores da PF já foram treinados para fazer a fiscalização dos CACs, e novas formações serão realizadas nos próximos meses. Além disso, Justiça e Defesa vão apresentar, em até 60 dias, um cronograma para a transferência de

**Concessão**

O acordo envolve não só a fiscalização, mas a concessão dos registros de armas para os CACs, hoje também sob responsabilidade do Exército.

responsabilidade. Até lá, a fiscalização segue a cargo do Exército.

A alteração faz parte do pacote apresentado pelo governo federal, ainda no início do mandato, para restringir o acesso a armas de fogo e aumentar a fiscalização.

**Corte de gastos**

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, justificou, no início de dezembro, que a

necessidade de corte de gastos impediu a aquisição dos equipamentos necessários e o devido treinamento dos servidores da PF no prazo original. Ele também disse que haveria um adiamento de, ao menos, seis meses.

O governo Lula endureceu as regras para acesso às armas assim que assumiu, em 1º de janeiro de 2023. Um dos primeiros decretos assinados pelo presidente suspendeu temporariamente os

**Saiba mais****Transferência de atribuição**

No repasse de atribuição, o Exército transferiu o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) — o banco de dados das armas de fogo de uso permitido e restrito dos CACs no país — para os policiais federais, que integraram as informações à sua própria plataforma, o Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

A previsão é de que a Polícia Federal herde do Exército a fiscalização de 900 mil CACs e 1,3 milhão de armas. Atualmente, o Sinarm é responsável por 3 milhões de armas.

registros de CACs, endureceu as exigências para posse e porte de armas, proibiu que CACs transportem armas carregadas e iniciou um processo de revisão da legislação, baseado no Estatuto do Desarmamento, de 2003. As medidas foram de encontro à política do ex-presidente Jair Bolsonaro, que desmontou mecanismos de fiscalização e controle e facilitou o acesso a armas de fogo.

**Memória****Capacidade contestada**

A capacidade do Exército em fiscalizar armas de fogo e munições vem sendo contestada nos últimos anos. Em 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou o relatório de uma auditoria que encontrou “sérias fragilidades” em todas as áreas do controle militar: autorizadora, fiscalizadora e reguladora. “As deficiências encontradas, porém, em sua maioria, não se iniciaram em 2019 — isto é, já estavam presentes antes disso —, mas tomaram proporções maiores em razão da ampliação de administrados proporcionada pelas flexibilizações normativas ocorridas a partir daquele ano”, diz o documento.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) estima que, entre 2017 e 2022, o número de pessoas com certificados de registros de CACs, sob responsabilidade do Exército, aumentou em 1.140% e chegou a 783,3 mil. O Instituto Igarapé, por sua vez, levantou que o número de armas em acervos de CACs subiu mais de 300% em cinco anos. Em dezembro de 2018, eram 350,7 mil. Em julho deste ano, a quantidade chegou a 1,5 milhão.